

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2009-2013** -----

----- **ATA NÚMERO SESENTA E NOVE** -----

----- **SEGUNDA REUNIÃO DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA INICIADA NO DIA VINTE E
QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE** -----

----- Aos oito dias do mês de maio de dois mil e doze, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 20.º do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão ordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Deolinda Carvalho Machado, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Aline Gallash Hall, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, André Nunes de Almeida Couto, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Freitas Arruda, António Manuel Pimenta Prôa, António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Duarte de Almeida, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Filipe Mário Lopes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Gonçalo Matos Correia Castro de Almeida Velho, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Inês Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho de Albuquerque D’Orey, Ismael do Nascimento Fonseca, Joana Rodrigues Mortágua, João Álvaro Bau, João Diogo Santos Moura, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Nuno de Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Vaz Lima, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, José António Nunes do Deserto Videira, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Manuel Rosa do Egipto, João Manuel Marques Casimiro, José Maria Bento de Sousa, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Clara Currito Gargalo Ferreira da Silva, Maria da Graça Rezende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Filomena Dias Moreira

Lobo, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Homem Leal de Faria, Maria João Bernardino Correia, Maria José Pinheiro Cruz, Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virginia Martins Laranjeiro Estorninho, Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Nuno Roque, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César, Paula Cristina Coelho Marques Barbosa Correia, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Pedro Miguel Ribeiro Duarte dos Reis, Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Jorge Gama Cordeiro, Rui Manuel Pessanha da Silva, Salvador Posser de Andrade, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Guilherme Bérrio, João Maria Martins Baioneto, Joaquim da Conceição Jerónimo, Vítor Manuel Bruno Morais, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Pedro Paulo Machado Alves Mendes, Renata Andreia Lajas Custódio, António José Gouveia Duarte, João Carlos Fraga de Oliveira Martins, Adelino Fonseca Ferreira, João Carlos Guerreiro Castelo Branco, Mafalda Ascensão Cambeta, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista e João Capelo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Fernando Pereira Duarte, João Augusto Martins Taveira, Luís Filipe Monteiro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma e Adelino Fonseca Ferreira; -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Miguel Coelho (Partido Socialista), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Pedro Biscaia;-----

----- José Alberto Ferreira Franco (Independente), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Pedro Paulo Mendes; -----

----- Maria do Céu Guerra Oliveira e Silva (Independente), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Renata Lajas; -----

----- Rita Magrinho (Partido Comunista Português), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Ana Páscoa;-----

----- Carlos Carvalho (Partido Comunista Português), por um dia, não tendo sido substituído;-----

----- John Rosas Baker (Partido da Terra), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Adelino Fonseca Ferreira;-----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Adolfo Mesquita Nunes (Centro Democrático Social), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado João Carlos Fraga de Oliveira Martins; -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Filipe António Osório de Almeida Pontes (Partido Social Democrata), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, pelo Deputado João Maria Martins Baioneto;--

----- Idalina Flora (Partido Social Democrata), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelo Deputado Guilherme Diaz Bérrio; -----

----- João Serra (Partido Social Democrata), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Isabel, pela Deputada Mafalda Ascensão Cambeta;-----

----- Ermelinda Brito (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, pelo Deputado Joaquim da Conceição Jerónimo; -----

----- Belarmino Silva (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, pelo Deputado Vítor Manuel Bruno Morais; -----

----- Maria Isilda Madureira (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, pelo Deputado José Carlos Guerreiro Castelo Branco; -----

----- Jorge Manuel da Rocha Ferreira (Partido Comunista Português), Presidente da Junta de Freguesia da Madalena, pelo Deputado António José Gouveia Duarte; -----

----- Carlos Lima (Partido Comunista Português), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, pelo Deputado. João Capelo. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos senhores Vereadores, Manuel Brito, Catarina Vaz Pinto, Maria João Mendes, Graça Fonseca e Helena Roseta. -----

-----Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição, Victor Gonçalves, João Marrana, Álvaro Carneiro e António Monteiro. -----

----- Às quinze horas e cinquenta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que iriam começar pela votação dos de votos de pesar.-----

----- Segue-se a leitura e votação do voto de Pesar nº 1, apresentado pelo Bloco de Esquerda, e subscrito por todas as outras forças políticas representadas naquela Assembleia. -----

----- **Voto De Pesar pelo Falecimento de Miguel Portas**-----

----- *“Após mais de dois anos de luta contra o cancro, Miguel Portas faleceu no dia 24 de Abril, com 53 anos. -----*

----- *Ativista pela democracia desde jovem, foi preso pela polícia política da ditadura quando tinha apenas 15 anos. Esteve nas manifestações de estudantes e partilhou a esperança de tanta gente. Queria acabar a guerra, terminar a ditadura e mudar o mundo. Viveu o 25 de Abril e quis sempre continuar esses valores solidários. -----*

----- *Militou no PCP entre 1974 e 1991. -----*

----- *Trabalhou em diversos municípios em programas culturais. Aprendeu a valorizar o poder local, as culturas, o interior e sobretudo as pessoas. -----*

----- *Economista por formação, o jornalismo foi a sua vocação. Fez parte da redação da revista “Contraste” e foi editor de cultura do jornal “Expresso. Fundou o jornal “Já” e a revista Vida Mundial, publicações das quais foi diretor. -----*

----- *Cosmopolita, apaixonado pela diversidade das culturas e pelos seus sinais, foi co-autor e apresentador de duas séries documentais televisivas sobre o “Mar das*

Índias” (2000) e sobre o Mediterrâneo, em 'Périplo' (2004), e escreveu dois livros sobre esta região, “No Labirinto” (2006) e, com Cláudio Torres, 'Périplo' (2009). Publicou também 'E o resto é paisagem' (2002), uma recolha de crónicas, ensaios e reportagens. -----

----- Miguel Portas foi fundador do Bloco de Esquerda, tendo sido o seu primeiro eurodeputado, em 2004, e foi reeleito eurodeputado em 2009, continuando a exercer as suas funções em Bruxelas até aos seus últimos dias. Foi candidato a Presidente da Câmara Municipal de Lisboa nas eleições de 2001, com um programa eleitoral que tornou claro o seu grande conhecimento e amor pela nossa cidade. Foi dirigente do Bloco de Esquerda desde a sua primeira assembleia até agora. Durante toda a sua doença, que encarou de forma corajosa e despojada, continuou sempre a cumprir as suas responsabilidades, dedicando-se nas suas últimas semanas a preparar o relatório do Parlamento Europeu sobre as contas do Banco Central Europeu. -----

----- O seu falecimento suscitou tomadas de posição do Presidente da República, do governo, dos partidos políticos, da CGTP, de associações e de muitas personalidades, do Parlamento Europeu e de múltiplos partidos europeus e outros. De todos os quadrantes políticos, estas mensagens realçaram o lado humano e a importância dos contributos de Miguel Portas para uma democracia mais intensa. São assim demonstrações tanto da sua combatividade como do seu respeito pelos outros, que era uma das marcas distintivas do seu compromisso consigo próprio. A democracia era a sua vida e não a concebia sem se entregar totalmente ao que mais gostava de fazer: a intervenção pública e cidadã. -----

----- Teve uma vida preenchida, que viveu intensamente, mas tinha sempre os olhos postos no futuro: “Não vivo muito o meu passado, não carrego muitas saudades”, escreveu. Na sua última entrevista, dizia ainda que “A minha vida valeu a pena porque ajudei os outros”. Tinha razão. Ajudou, com o fulgor da sua inteligência e do seu humor, todos quantos privaram de perto com ele. Colaborou em causas. Disse o que pensava. Defendeu a beleza das coisas simples. Procurou ter tempo para pensar e para viver a companhia dos filhos. Viveu sempre com emoção. Não é pouco. Na verdade, é quase tudo. -----

----- O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião no dia 8 de Maio de 2012 delibere: -----

----- a) Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências, juntando-se a todas as vozes que lamentam a sua perda e a forma como esta empobrece a democracia.-----

----- b) Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que o nome de Miguel Portas seja atribuído a uma artéria de Lisboa -----

----- Seguidamente, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do Público.” -----

*----- **VOTAÇÃO** – O Voto de Pesar nº 1 foi **aprovado por unanimidade**.-----*

----- Segue-se a leitura e a votação do voto de pesar nº 2, subscrito por todas as forças políticas representadas naquela Assembleia. -----

----- Voto de Pesar pelo Falecimento de Fernando Lopes.-----

----- “Faleceu no passado dia 2 de Maio o cineasta português Fernando Lopes, nascido a 28 de Dezembro em Maças de Dona Mária (Alvaiázere), figura fundamental e impar do cinema português e da cultura nacional, e Lisboa por adoção e convicção.-----

----- Começou o seu percurso artístico - que muito coincidiu com o profissional -, na Radio Televisão Portuguesa no ano da sua fundação de 1957. De forma quase cinematográfica aí se iniciou no exercício de tarefas essencialmente administrativas, mas que não impediram a manifestação de uma vocação que se veio a revelar irresistível.-----

----- Declarado autodidata, aperfeiçoou o talento inato observando a obra de outros mestres, não só do cinema, mas também da fotografia e da literatura, ao que veio a juntar a sua própria experiência nas diferentes áreas técnicas da realização, adquiridas nos longos anos ao serviço da televisão e em proveitosos excursos pelo estrangeiro.-----

----- A história do cinema português ofereceu obras fundamentais, referências obrigatórias na filmografia nacional e que contribuíram para construir o que ficou conhecido como Cinema Novo.-----

----- Dois anos depois de ter entrado para os quadros da RTP, foi para Londres, para a School of Film Technic, com uma bolsa do Fundo de Cinema Nacional. Regressou com o diploma de realização de cinema e a experiência adquirida ao serviço da BBC.-----

----- Desde sempre um refinado documentarista, realiza em 1961 a obra “As Pedras e o Tempo”, sobre a Cidade de Évora. Deriva de seguida para o campo da ficção, embora através de uma inovadora (para a data e para o país) média via com o filme documental, cruzando aspetos das duas linguagens na média metragem “Belarmino”, de 1964, filme documental dedicado à vida do pugilista Belarmino Fragoso, e com a qual contribuiu para a instauração da modernidade do cinema português.-----

----- A carreira cinematográfica prosseguiu em simultâneo com o trabalho na estação pública e, no final da década de 1970, Fernando Lopes foi convidado para fundar e dirigir o Canal 2. Ainda hoje se sentem os efeitos da sua intervenção, que levaram à constituição daquela estação como cerne televisivo da cultura em Portugal, e veículo privilegiado da sua divulgação aos grandes (e dispersos) públicos.-----

----- Mais codirigiu com António-Pedro Vasconcelos a revista Cinéfilo, publicada no início da década de 1970, e ensinou no Curso de Cinema da Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa.-----

----- Durante a sua vida Fernando Lopes assinou mais de 50 obras, intencionalmente repartidas entre o documentário e a ficção, e das quais a adaptação do romance de José Cardoso Pires “O Delfim”, se constituiu como o maior sucesso comercial.-----

----- *Entre outros, deu-nos ainda os filmes «Uma Abelha na Chuva», de 1971, «Nós Por Cá Todos Bem», de 1976, «Crónica dos Bons Malandros», de 1984, «Matar Saudades», de 1988, «O Fio do Horizonte», de 1993, «98 Octanas», de 2006, «Os Sorrisos do Destino», de 2009, e a última obra, «Em Câmara Lenta», que estreou em março de 2012. -----*

----- *Assim, por tudo o quanto se referiu, e pelo seu lugar na galeria da cultura portuguesa, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião no dia 8 de Maio de 2012, delibere: -----*

----- *a) Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências;-----*

----- *b) Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que o nome do cineasta Fernando Lopes seja atribuído a uma artéria de Lisboa;-----*

----- *c) Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem.” -----*

----- **VOTAÇÃO** – o Voto de Pesar nº 2 foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Seguidamente a Assembleia guardou um minuto de silêncio em homenagem ao cineasta Fernando Lopes. -----

----- Seguidamente a **Senhora Presidente** deu início à Ordem de Trabalhos. Relembrou que na sessão anterior o Senhor Presidente se encontrava no exterior do país, em representação da Câmara, tendo-se transferido a apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente para aquela sessão. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** saudou os presentes e explicou que na sequência de um imprevisto, e não por desrespeito àquela Assembleia, não tinha tido tempo de preparar a sua intervenção. -----

----- Apelou à compreensão de todos e explicou que iria procurar recompensar os presentes através de uma resposta mais pormenorizada às questões que fossem sendo levantadas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria José Cruz (Partido Social Democrata)** disse que, ao analisar a informação escrita, tinha sido agradavelmente surpreendida ao constatar que existia uma diminuição de encargos com rendas no valor de dois mil duzentos e quarenta e nove, vírgula, quarenta e nove euros, mensais. No entanto, ao avançar na leitura da informação escrita, verificou que o valor despendido com os encargos com locação de bens e serviços tinha aumentado, facto que lamentou. Lamentou também que o valor indicado na informação escrita, não coincidissem com o valor apresentado pelo sistema “SAP”. A informação escrita apontava para um aumento de vinte e quatro, vírgula, dois por cento e o sistema “SAP” dizia que o aumento tinha sido de trinta e oito, vírgula, quatro por cento. -----

----- Falou do arrendamento das unidades territoriais. Rememorou que o Partido Social Democrata tinha solicitado à mesa daquela Assembleia, por requerimento datado do dia seis de março, o acesso aos contratos de arrendamento, que tinham sido celebrados entre a Câmara e a Alves Ribeiro SA, e a Câmara e Alcântara Rio – Empreendimentos Imobiliários SA. Destacou que não obstante a obrigatoriedade de se responder aos requerimentos no prazo de quinze dias, ou trinta se devidamente justificados, àquela data ainda não tinham tido resposta. -----

----- Exigiu, a bem da transparência, que o Senhor Presidente desse resposta àquele requerimento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alexandre (Partido Socialista)** deu uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara, e ao seu Executivo, pela aprovação da nova sede da junta de freguesia de Marvila. -----

----- Agradeceu em nome do executivo da junta e em nome dos fregueses. Enalteceu o trabalho desenvolvido diariamente junto dos marvilenses. Saudou o Presidente da junta de freguesia de Marvila, o Senhor Belarmino Silva, bem como todos os outros presidentes anteriores, e os autarcas que tinham lutado pela concretização daquela obra. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (Partido Comunista Português)** referiu que o mais importante da informação escrita do Senhor Presidente vinha na parte dos serviços. Destacou que o Senhor Presidente falava da reunião da COTER em Lisboa; nos protocolos de duas licenças temporárias para dois táxis elétricos; na reabilitação da Fonte Luminosa; na instalação do sistema de rega automática; em aprovações e modelos de propostas de planos; numa abertura de período de discussão pública no início da quinta edição do Orçamento Participativo, que tinha descido para dois milhões e meio de euros; no concurso de refrescamento da imagem daquele orçamento, nomeadamente, através da criação de um novo logotipo; num prémio da Academia LX, cuja primeira iniciativa tinha decorrido na “Pensão Amor”; na trigésima oitava edição da moda Lisboa; referências ao novo quadro regulador da habitação municipal; a um *workshop* de seniores de Lisboa; à inauguração do pavilhão tailandês no jardim Vasco da Gama e, entres outros pontos de consulta obrigatória, a inauguração do espaço “Beleza”. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, lembrando que nas páginas onze e doze da informação dos serviços vinha a indicação de um levantamento geral do estado de conservação e ocupação predominante do edificado de Lisboa, e solicitou ao senhor Presidente que enviasse aquele levantamento àquela Assembleia. -----

----- Referiu que aquela Assembleia tinha realizado no dia dois de maio um debate sobre a Proposta de Lei de Arrendamento Urbano. Alertou que aquela proposta de lei desligava a questão do arrendamento da reabilitação urbana pelos senhorios, e avançava com a criação de situações de expulsão a inquilinos deficientes ou com idades superiores a sessenta e cinco anos. -----

----- Disse que, apesar de a Senhora Vereadora Helena Roseta ter adicionado àquele debate informações bastante pertinentes, gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara relativamente àquela Proposta de Lei, e relativamente àquilo que a Câmara Municipal tencionava fazer por forma a defender Lisboa e os seus habitantes. -----

----- Transmitiu que os grupos municipais tinham recebido uma informação pormenorizada do Sindicato do Trabalhadores do Município de Lisboa, relativamente à reestruturação do Regimento dos Sapadores Bombeiros, alegando que não tinham sido informados oficialmente sobre aquela reestruturação. -----

----- Informou que o documento recebido pelos grupos municipais focava uma série de situações preocupantes, merecendo por isso especial atenção. Disse que gostaria de

ouvir o Senhor Presidente relativamente às questões levantadas por aquela informação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (Centro Democrático Social)** disse que a informação escrita do Senhor Presidente, relativa ao período compreendido entre fevereiro e abril, era claramente insuficiente para uma apreciação por parte daquela Assembleia. -----

----- Acrescentou que os relatórios das atividades dos serviços, que acompanhavam a informação escrita do Senhor Presidente poderiam ser úteis para os executivos camarários mas irrelevantes para aquela Assembleia, que tinha acesso àquelas informações através das Comissões Permanentes. -----

----- Sublinhou que a opinião que mantinha desde o início daquele mandato, se tinha vindo a reforçar, na medida em que o Senhor Presidente, periodicamente, cumpria aquele ritual, sem conteúdo. Afirmou que para sessões encomiásticas preferia outros locais que não o de eleito por Lisboa. -----

----- Referiu que após a aprovação do orçamento para o ano de dois mil e doze, tinham sido elaboradas quatro alterações, das quais tinham resultado reajustamentos no valor de vinte e seis milhões de euros. Explicou que naquele período os serviços tinham elaborado uma proposta de dotações, a cativar, por conta da constituição do fundo de investimento imobiliário e da operação EPAL e que, apesar de tudo, o prazo médio de pagamentos a fornecedores tinha aumentado, entre dois mil e onze até àquela data, de noventa e nove para cento e oito dias. -----

----- Disse que gostaria de conhecer as reais prioridades da Autarquia e de obter informações referentes à execução do PIPARU e do QREN. -----

----- Saudou aquela Assembleia pela iniciativa do Debate subordinado ao tema “Lei do Arrendamento Urbano”. Adiantou que o Projeto-lei em apreço promovia a racionalidade económica, e consequentemente a justiça social; que promovia a reabilitação urbana; protegia os mais desfavorecidos e os mais idosos, e repartia equitativamente o esforço daquela proteção pelos senhorios, inquilinos e pelo Estado; que promovia uma reforma, há muito necessária, sem contudo provocar uma revolução que iria afetar, sobretudo, os mais frágeis, quer fossem inquilinos, quer fossem senhorios; que fomentava a mobilidade, justiça e equidade social; representava um forte impulso na competitividade das cidades, sem custos insuportáveis para todos os envolvidos. Louvou o Governo, a Senhora Ministra em particular, por aquele projeto. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Presidente, lembrando-o que cada lisboeta tinha pago quinhentos euros de impostos diretos em dois mil e onze, mas que apenas tinham recebido cerca de oitenta euros em obras camarárias. Acrescentou que a Senhora Vereadora Maria João Mendes tinha referido, relativamente àquele propósito, e citou “*é possível que tenha sido assim*”. -----

----- Disse que gostaria de ser informado relativamente ao ponto de situação das operações de venda de terrenos que se encontravam a serem desenvolvidas através da criação de um fundo de investimento imobiliário; que gostaria de saber a qual a taxa de execução do investimento camarário em dois mil e onze e a contabilidade exata dos

subsídios atribuídos de forma indiscriminada; que gostaria de saber se o Senhor Vereador Rúben de Carvalho tinha razão quando referia que a taxa de execução do plano plurianual de investimentos tinha sido de vinte e sete por cento, não encontrando motivos que justificassem aquele valor, e que o PIPARU se tinha ficado pelos vinte por cento -----

----- Rememorou que tinham colocado sérias reservas relativamente à venda de terrenos à Sociedade Imobiliária, ou ao negócio com a EPUL, acrescentando que não iria ser assim que iriam conseguir reduzir o passivo bancário, mas sim através da libertação de meios para o investimento.-----

----- Sublinhou que se encontravam no mês de maio e que ainda nada tinha sido feito no sentido de adaptar o Município à Reforma da Administração Local que tinha sido promovida pelo Governo.-----

----- Proferiu que tinham sido aprovadas novas regras para o setor empresarial local e para os cargos de dirigentes, e que estava a decorrer naquele momento o quadro base de futuras competências e meios das áreas metropolitanas, e que naquele domínio já se encontravam aprovadas e previstas transferências em determinadas áreas, designadamente, a mobilidade, a cultura, a educação, ambiente, proteção civil e desporto. Enunciou que, relativamente ao quadro do setor empresarial local, os critérios se encontravam estabelecidos e que aquele era tempo de ação para os executivos locais e que gerir era prever.-----

----- Revelou que aguardava que o Senhor Presidente, na informação escrita seguinte, relatasse aquelas ações imperativas que seguramente já se encontrariam ou planeadas, ou em curso ou até mesmo concretizadas. -----

----- Considerou que as referências, entre outras, ao protocolo “Táxis Elétricos”, ou à reabilitação do Fontanário da Alameda não eram relevantes para uma informação escrita, que eram interessantes mas não representavam o importante de uma gestão camarária. -----

----- Finalizou dizendo que se podia questionar a autoridade excessiva, que se queria crescimento sustentado, mas que acima de tudo o que não se podia dispensar era o rigor, rigor na superação da crise. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Dias Batista (Partido Socialista)** disse ter escutado, com todo o interesse, a intervenção do Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, e revelou que se sentia um pouco confuso com o que fora proferido. Ressalvou que o que importava destacar e que não tinha sido destacado, era a qualidade daquela informação escrita, a qualidade da prestação dos serviços municipais ao terem dado uma resposta cabal. Lamentou que nada daquilo tivesse sido referido pelo seu amigo, e deputado, Ferreira de Lemos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (Bloco de Esquerda)** disse que pretendia tratar de dois pontos, nomeadamente, a substituição da caldeira do balneário da Freguesia de Alcântara, não respondido naquela informação escrita, e do Orçamento Participativo. -----

----- Relativamente ao primeiro, informou que no ano de dois mil e onze o balneário tinha estado cinco semanas sem água quente e que já tinha ultrapassado, no ano de

dois mil e doze, as seis semanas. Destacou que era o balneário com maior movimento em Lisboa, com uma média de quinhentos banhos semanais, que desempenhava um papel de carácter social e humano junto das populações mais carenciadas, e que se destacava dos demais pela existência de uma lavandaria social e gratuita. -----

----- Questionou para quando o sistema integrado de aquecimento de água, mais ecológico e mais eficiente.-----

----- Relembrou que o Orçamento Participativo tinha surgido em Lisboa através do Bloco de Esquerda, tendo-se realizado em dois mil e oito a sua primeira edição. -----

----- Considerou que a redução, para metade, do orçamento participativo era um erro, e expôs que o orçamento participativo já era uma ínfima parte do orçamento da Câmara. -----

----- Afirmou que o Orçamento participativo deveria de possuir uma metodologia participativa em todo o seu processo, e apontou que o relatório do orçamento participativo de dois mil e onze / dois mil e doze, apresentava apenas uma avaliação feita pela Autarquia, que não tinham acesso à opinião das pessoas e que as decisões de alteração de se encontravam fundamentadas de forma incongruente.-----

----- Acusou a Câmara de ver o orçamento participativo como uma operação de cosmética e não como uma metodologia evolutiva e séria, de promover e aumentar progressivamente a participação dos lisboetas nos destinos da cidade. Informou que o Bloco de Esquerda exigia que se mantivesse o montante de cinco milhões. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (Partido da Terra)** esclareceu que tinham analisado atentamente a informação escrita do Senhor Presidente, mas que iria anteceder a sua intervenção para comunicar que o Partido da Terra se encontrava de luto pelo falecimento da Dr.^a Maria João Dimas Nogueira, ilustre advogada, vogal da comissão política do Partido da Terra e uma das pessoas que mais tinha contribuído para o crescimento do partido. Historiou que a senhora tinha sido Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do Partido da Terra. Revelou que se encontravam profundamente consternados pela sua partida antes do tempo e enalteceu o espírito entusiástico, jovem e alegre da Senhora, bem como o seu carácter generoso e nobre. -----

----- Seguidamente teceu alguns comentários referentes à informação escrita do Senhor Presidente. -----

----- Congratulou o Senhor Presidente pela entrada em funcionamento da segunda fase da “ZER”, com vista à melhoria da qualidade do ar na cidade de Lisboa, bem como a assinatura do protocolo “Táxis Elétricos”, como forma de promover também a melhoria da qualidade do ar e aposta numa mobilidade mais sustentável. -----

----- Defendeu que a medida adotada para a baixa de Lisboa, de restringir a circulação aos veículos que não cumprissem as normas de emissão, se deveria de estender a outras áreas da cidade. -----

----- Elogiou o trabalho desenvolvido pela autarquia no período correspondente ao da informação escrita.-----

----- Destacou o Fundo de Emergência Social, porque acreditava que iria possibilitar o apoio a instituições particulares de solidariedade social, e a aprovação da estratégia

para os sem-abrigo ao nível da rede social, designadamente, a disponibilização de refeitórios para um fornecimento de alimentação com mais dignidade. -----

----- Relativamente às restantes ações e atividades realizadas naquele período, apontou como sendo menos positivo, a referência ao último troço do Túnel do Marquês. Recriminou o atraso na conclusão das obras e o valor despendido. -----

----- Relembrou o Senhor Presidente que as obras efetivamente tinham estado paradas cerca de um ano por conta da providência cautelar entreposta pelo vereador daquele executivo camarário, o Senhor Manuel Sá Fernandes, contra a Câmara Municipal.-----

----- Perguntou até quando é que se iria assistir a reportagens televisivas, em horário nobre, dando conta do estado de degradação das piscinas municipais, e o que tencionava a Câmara fazer para colocar termo àquele cenário de desolação.-----

----- **O Senhor Deputado Gonçalo da Câmara Pereira (Partido Popular Monárquico)** falou da abertura do último troço do Túnel do Marquês e do viril embargo, que tinha custado milhões de euros ao Município. Afirmou que a abertura daquele troço ao trânsito tinha levado a que a Câmara não cumprisse com muitos dos seus compromissos assumidos com os seus fornecedores. -----

----- Relembrou que o Rio Tejo permanecia no esquecimento, sem nenhum projeto ou atividades agendadas, e que se passava o mesmo com o Parque de Monsanto, que não existia nenhum projeto que devolvesse o parque à Cidade. -----

----- Lamentou que culturalmente as atividades culturais se tivessem resumido à “Moda Lisboa” e à inauguração do espaço “Beleza”. Referiu que a Banda do Regimento Sapadores Bombeiros tinha atuado duas vezes em três meses, que tinha tido dezasseis atuações em dois mil e dez, seis em dois mil e onze e, até àquele momento, duas em dois mil e doze. Considerou que era caso para se dizer que se não fosse o Senhor Presidente a dar música, a Banda dos Sapadores Bombeiros não o seria com certeza.-----

----- **A Senhora Deputada Cláudia Madeira (Partido Ecologista “Os Verdes”)** Disse que analisando a Informação Escrita do Senhor. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, relativa ao período de dezasseis de fevereiro a quinze de abril, se constata de imediato que apenas existiam medidas que visavam uma resposta imediata.-----

----- Esclareceu que aquelas medidas deixavam de fora os problemas e preocupações das pessoas, deixavam de fora as propostas que tinham sido apresentadas e aprovadas naquela Assembleia Municipal.-----

----- Alongou que também deixavam de fora algumas freguesias, como se nem de Lisboa fizessem parte, freguesias que tinham, inclusivamente, apresentado recomendações e moções que visavam resolver os problemas que naquela Assembleia apresentavam. -----

----- Declarou que aquela informação retrava uma Lisboa que não era a Lisboa que todos viam lá fora. -----

----- Acusou a Câmara de ser inoperante, de não assumir uma posição verdadeiramente firme e coerente face a determinadas situações que vinham a

prejudicar a população e a cidade de Lisboa. Acusou a Câmara de não defender os interesses de Lisboa, como no caso, entre outros exemplos, do Hospital de D. Estefânia, do Hospital Curry Cabral e dos Centros de Saúde. -----

----- Relembrou, relativamente à prova “Volvo Ocean Race” mencionada na informação escrita, que “Os Verdes” tinham apresentado uma recomendação referente à Requalificação da zona da doca de Pedrouços, uma vez que aquela iria ser requalificada por forma a receber aquela prova. Questionou as diligências que aquele executivo tinha tomado no sentido de acautelar as necessidades dos pescadores. -----

----- Indagou também sobre a situação dos trabalhadores e qual a opinião daquele executivo relativamente à reestruturação dos serviços e dos despedimentos. Abordou a inquietação, instabilidade e preocupação sentida pelos trabalhadores. -----

----- Citou, relativamente ao Túnel do Marquês, o Senhor Presidente “*concluiu-se assim uma obra importante para a cidade de Lisboa*”, e o Vereador Sá Fernandes, que tinha dito que aquela não era “*uma obra essencial*” e que “*podia ter acontecido uma catástrofe*”.-----

----- Assegurou que segundo o Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, o Túnel do Marquês “*não deveria ter sido aberto sem a realização de um simulacro*” denunciando ainda a recusa das autoridades em divulgar os acidentes que ocorridos dentro do túnel, e em referirem as situações de camiões “presos” à entrada do túnel. Questionou se o Senhor Presidente se encontrava ao corrente do número de sinistros ocorridos no Túnel do Marquês, desde a sua abertura em dois mil e sete. -----

----- Referiu que a Câmara tinha promovido a construção de ciclovias e que tinha recorrido, em alguns troços, a ofertas, designadamente a Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta, ou a parcerias, caso da GALP.-----

----- Queixou-se que parte das estruturas, designadamente os “pilares” metálicos dos locais de estacionamento, tinham sido deficientemente instalados ou então não tinham manutenção, não transmitindo segurança aos seus utilizadores, pois ao não conseguirem prender, através de correntes ou cadeados, a sua de bicicleta àqueles suportes, encontravam vazios o lugar onde tinham deixado a sua bicicleta. Acrescentou que em Telheiras aquela era uma situação recorrente. -----

----- Adiantou que para a Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta “*o suporte deve ser resistente ao corte e impossível de remover recorrendo a ferramentas comuns*” aconselhando, como forma dissuasora de furto, que “*esses suportes poderão estar todos interligados entre si, ao nível do pavimento, facilitando a sua fixação*”.-----

----- Explanou que os suportes eram meros arcos, que nem sequer se encontravam inseridos num piso de cimento, que apenas se encontravam cravados na calçada de paralelepípedos. Descreveu que para roubar uma bicicleta bastava levantar um par de pedras da calçada ao redor do suporte, levantar o pilarete fazendo com que a corrente metálica e o cadeado passem por baixo, voltando depois a pôr tudo como estava.

----- Lamentou que ninguém fosse responsabilizado pelo furto das bicicletas, que as despesas fossem imputadas aos utentes.-----

----- Questionou como é que a Câmara tencionava incutir o recurso a meios de mobilidade suave se não se preocupava em garantir a segurança dos equipamentos que instalava. -----

----- Relembrou que o Regulamento do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa continuava por aprovar. -----

----- Lamentou a falta de qualidade e eficiência dos Equipamentos de Proteção Individual existentes em alguns serviços da Câmara. -----

----- Lembrou que “Os Verdes” tinham levantado naquela Assembleia uma questão relacionada com a Escola Marqueses de Távora e com os contentores onde os alunos estavam a ter aulas, e que naquela altura o Senhor Vereador tinha esclarecido que não se tratava de contentores, mas sim de monoblocos climatizados, com todas as condições, garantido que os pais e os alunos se encontravam satisfeitos com a solução encontrada. -----

----- Pretendeu saber como é que o Senhor Vereador explicava que a Associação de Pais se revelasse apreensiva com as condições em que as crianças estavam a ter aulas e citou “*contentores no meio de betão, sem uma única árvore, sem um único espaço verde, sem um único equipamento lúdico, e sem sequer um local onde as crianças se possam abrigar do vento e da chuva.*”. -----

----- Questionou se era aquela a política de educação defendida por aquele executivo e se já existia um projeto de arquitetura para a remodelação da escola. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (Partido Socialista)** começou por salientar o projeto da recolha seletiva realizado no Bairro Campo de Ourique, uma ação de sensibilização muito bem acolhida pela população, um projeto com um índice de adesão muito elevado. -----

----- Revelou-se satisfeito por existir, da parte do Pelouro dos Espaços Verdes, a intenção de estender aquele projeto a mais vinte e quatro mil fogos. -----

----- Transmitiu, pela sua experiência pessoal, que aquele era um projeto capaz de despertar uma maior consciencialização ambiental, motivando a participação dos munícipes. -----

----- Congratulou a Câmara por ter aprovado por unanimidade o concurso de empreitada para as obras de beneficiação geral da escola básica de Santo Condestável. -----

----- Referiu que o Programa Alfacinhas se tinha revelado uma grande mais-valia no apoio prestado por parte da cidade aos pais e encarregados de educação. -----

----- Louvou a Câmara pelas suas iniciativas culturais, por não descurar as necessidades dos seus munícipes. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Duarte (Partido Comunista Português)** referenciou uma pequena reportagem do Jornal Diário de Notícias, do dia seis de janeiro de dois mil e doze, cujo título era “*Câmara ameaça cortar 2 arraiais populares*”. Acusou o Senhor Vereador Manuel Sá Fernandes de demonstrar naquela entrevista as garras da prepotência e da discriminação, prepotência porque, e citou “*(...) ou aquilo muda, e muito, ou este ano não se realiza*”. Recordou que os arraiais populares eram parte integrante das festas de Lisboa. Expôs que o alvo era a freguesia da Madalena. -----

----- Falou de discriminação organizacional, explicando que os arraiais junto ao Campo das Cebolas, só tinham autorização para funcionar até às vinte e duas horas de segunda a sexta, e sem qualquer atividade musical ao vivo, por outro lado, os arraiais organizados pela EGEAC tinham autorização de funcionamento até às vinte quatro horas. -----

----- Afirmou que aquilo que o Senhor Vereador estava a tentar fazer àquela zona da Cidade era medonho, tentando destruir a cultura popular. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Mortágua (Bloco de Esquerda)** mencionou que o Senhor Deputado Ferreira Lemos tinha trazido, àquela Assembleia, um assunto de enorme importância e sobre o qual importava discutir ao pormenor. Referia-se à questão da Lei do Arrendamento Urbano que se encontrava em discussão na Assembleia da República.-----

----- Adiantou que quase todas as bancadas reconheciam, em diferentes medidas, as insuficiências que a referida Proposta de Lei continha, e que o Bloco de Esquerda tinha tomado uma posição muito clara e muito sólida sobre aquele Projeto de Lei. Esclareceu que se encontravam em desacordo por considerarem que as novas regras iriam proteger os interesses errados, protegiam quem já se encontrava protegido e abandonavam a parte mais desfavorecida. -----

----- Acrescentou que as várias moções apresentadas, por diferentes forças políticas, espelhavam as preocupações sentidas relativamente àquele Projeto de Lei. -----

----- Alertou que o impacto daquele Projeto de Lei na cidade, através do despejo de milhares de inquilinos, iria exigir uma resposta rápida e consistente por parte do Município. -----

----- Apelou, o Bloco de esquerda, às forças políticas representadas naquela Assembleia que se fizessem ouvir, para que as suas opiniões fossem consideradas na discussão daquele projeto que se encontrava a decorrer na Assembleia da República. --

----- **A Senhora Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (Partido Comunista Português)** disse que tendo constatado não existir nenhuma referência, na informação escrita, à questão por si levantada na sessão anterior, que iria voltar a colocar a questão. Falou do Prédio Municipal, em risco de ruir, na Rua da Regueira, uma das principais artérias daquela freguesia encerrada ao trânsito desde janeiro.-----

----- Questionou para quando a resolução daquele problema, para quando a reabertura da rua ao trânsito. Sublinhou que se encontravam perto dos santos populares, que aquela era uma artéria de enorme movimento e que a procissão de Santo António passava por ali.-----

----- Alertou também para isenção de taxas de ocupação de espaço público, na noite de Santo António.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Silva Dias (Partido Comunista Português)** notou que uma vez mais a informação escrita do Senhor Presidente fazia referência à aprovação, por parte daquele executivo camarário, de instrumentos de intervenção local, classificados de Planos de Pormenor, antecedidos da designação de modelo urbano, para o caso do Eixo Luz-Benfica, e versão final para o da Pedreira do Alvito. Esclareceu que se preconizava para ambos o aumento da ocupação edificada, e que se

a primeira emanava da necessidade sentida de ornamentação, o segundo tudo indicava que tinha paternidade no empreendimento do setor imobiliário privado. -----

----- Acrescentou que se no primeiro caso as características do sítio acarretavam alguma esperança na proposta, já o segundo, a Pedreira do Alvito, fazia surgir tenebrosas imagens. Explicou que uma pedreira era um buraco, uma ferida na paisagem.-----

----- Explanou que o que aqueles dois planos tinham em comum era o facto de nenhum deles ter recebido diretivas de instrumento de planeamento a montante, ou tão pouco da carta estratégica, ou do Plano Diretor Municipal. -----

----- Acrescentou que a solução não residia em encher buracos, como o caso da Pedreira, com novas construções, que a solução era aproveitar os recursos existentes; que a solução não era apaparicar os proprietários com prémios de despejo, era a procura de soluções apropriadas e justas. -----

----- Adiantou que aquele era um tempo de viragem, e que não podiam continuar a aceitar um planeamento espasmódico. Disse que urgia encontrar um planeamento de resposta rápida, encontrar novas soluções para novos problemas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** acrescentou alguns pontos à síntese apresentada pelo Senhor Deputado Modesto Navarro. Referiu o aprofundamento e o alargamento das zonas de emissão reduzida, as obras de requalificação, a conclusão do Túnel do Marquês e, particularmente, um ponto que considerava de maior importância, mas que não tinha tido eco em nenhuma das intervenções, a aprovação da estratégia integrada para a população sem-abrigo. -----

----- Introduziu que se tratava da criação, através dos núcleos de apoio social, de uma rede de refeitórios por toda a cidade. Explicou que era um projeto muito ambicioso, e que a Autarquia tinha, desde logo, mobilizado, para o efeito, um dos seus refeitórios, para que as pessoas deixassem de ser alimentadas na rua, em condições infra-humanas; para que as pessoas pudessem comer em condições dignas. -----

----- Esclareceu que logo na altura em que a Proposta de Lei do Arrendamento Urbano fora apresentada, que a Câmara tinha desenvolvido, com base numa moção apresentada pelo Senhor Rúben Carvalho, e uma outra apresentada pela Senhora Vereadora Helena Roseta, um conjunto de iniciativas. Acrescentou que tinham solicitado audiências, numa primeira fase à Senhora Presidente da Assembleia da República, uma audiência com a Senhora Ministra da Agricultura do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, e um pedido de audição na Comissão Parlamentar que se encontrava a tratar daquela Proposta de Lei.-----

----- Reconheceu a dificuldade em encontrar uma solução que respondesse a todos os erros acumulados ao longo de décadas. Refletiu que a tendência de mercado era as pessoas começarem a aceder à habitação por via de um contrato de arrendamento. -----

----- Considerou que não iria ser necessário intervir na legislação, porque a própria conjuntura iria fazer mais pelo mercado de arrendamento do que qualquer alteração legislativa.-----

----- Explicou ter sido possível constatar, através dos censos de dois mil e onze, que trinta e seis por cento dos contratos de arrendamento, em vigor na cidade de Lisboa

naquela altura, eram posteriores à legislação de dois mil e seis, logo, que o número de contratos de arrendamento anteriores a mil novecentos e noventa deixara de ser maioritário, sendo os inquilinos, na sua maioria, pessoas com mais de sessenta anos.---

----- Concluiu que entre a idade consensualmente estabelecida como merecedora de proteção social em situações de arrendamento, mais de sessenta e cinco anos, e que aquilo que era a maioria da população existente e da antiguidade dos contratos, se tratava de uma fatia muito reduzida da população, mas que continuava, ainda assim, a ser uma fatia carente de proteção social, merecedora da proteção da lei, merecedora de que a Lei lhe continuasse a garantir, naquele ciclo da vida em que se encontrava, alguma tranquilidade e segurança. -----

----- Salientou que aquela iniciativa suscitava, particular e concretamente, três problemas e duas questões importantes. Considerou, como primeiro problema de fundo, um erro desligar a atualização da renda do estado de conservação do imóvel, e que uma das mais-valias de dois mil e seis era fazer pender uma coisa da outra. -----

----- Considerou necessária a manutenção da ligação entre a atualização e o estado de conservação. Lembrou que o Estado tinha estabelecido a atualização do IMI, no ano seguinte, e sendo que atualização do IMI pressupunha e exigia uma avaliação do estado de conservação, sugeriu que se aproveitasse aquela avaliação do estado de conservação para o duplo efeito IMI e matéria de rendas, nunca deixando de condicionar a atualização da renda ao estado de conservação. -----

----- Apontou, como segundo erro, a decisão de se afixar um calendário para a atualização das rendas remetendo para o futuro os mecanismos de proteção social. Acrescentou que não se podia prever se a proteção social iria ser garantida, que o que a lei dizia era que se aumentaria as rendas e se pensaria na proteção social depois. Chamou a atenção para a configuração geográfica do problema. Especificou que aquele problema não iria atingir apenas as camadas mais desprotegidas, mas também a classe média residente nas avenidas novas. Recomendou muita cautela uma vez que a relação da crise, que se sentia na altura, com aquela Lei poderia atingir ou fragilizar setores sociais habitualmente protegidos das crises cíclicas. -----

----- Observou que seria um erro pensar que se reforçaria a confiança dos proprietários, relativamente à colocação das casas no mercado, mexendo no mecanismo do despejo. Alertou para a existência de outros mecanismos, tão ou mais importantes, com menor risco social, nomeadamente a introdução de uma taxa liberatória para os rendimentos prediais. Adicionou, em concordância com o que a Senhora Vereadora Helena Roseta defendia, que era necessário aproveitar experiências positivas, dando como exemplo o seguro de arrendamento aplicado em Espanha, que visava promover e reforçar a segurança dos proprietários. -----

----- Destacou também o impacto que aquelas medidas poderiam provocar quer no pequeno comércio, quer no comércio de rua. -----

----- Penitenciou-se perante a Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz relativamente ao atraso na resposta ao requerimento apresentado, e informou que os contratos de arrendamento deveriam de ser entregues naquele dia. Convidou a

Senhora Deputada a visitar as Unidades Territoriais, por forma a testemunhar o que de bom estava a ser feito, para testemunhar as vantagens daquela reestruturação. -----

----- Participou à Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira, e conforme o que sempre tinham defendido, que aquela reestruturação não tinha promovido o despedimento de ninguém. -----

----- Felicitou o Senhor Deputado Municipal João Casimiro por ter recordado perante aquela Assembleia o acordo existente entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, lamentando, no entanto, a limitada participação do Bloco de Esquerda. Destacou a participação do Partido Socialista e, em particular, a participação do Vereador Manuel Sá Fernandes. -----

----- Relativamente ao Orçamento Participativo referiu que o mesmo abrangia, não uma ínfima percentagem do Orçamento Municipal, mas cinco milhões de euros. Sublinhou que não existia nenhuma autarquia em que o processo participativo tivesse um carácter tão deliberativo como o que se encontrava implementado na cidade de Lisboa. Acrescentou que as pessoas decidiam, as pessoas votavam e que o Município executava e que aquela era a base para a lógica da sua diversificação por bairros ou da lógica de diversificação por segmentos específicos da sociedade. Esclareceu que no ano anterior já tinham tido o OP Escolar. -----

----- Expôs as duas razões fundamentais que tinham obrigado aquele executivo a reduzir para metade o montante afeto ao Orçamento Participativo, nomeadamente, o facto de terem limitado, de forma significativa, as despesas de investimento, face à dificuldade de financiamento com que o Município se confrontava naquela fase, e, o facto de possuírem, em carteira, muitos projetos, na área do Orçamento Participativo de anos anteriores, para serem concluídos. -----

----- Explicou, relativamente à limitação imposta ao montante a financiar por cada uma das iniciativas, que o tinham feito porque pretendiam estimular a diversificação, pretendiam multiplicar as iniciativas dificultando a concentração de financiamento num número muito limitado de iniciativas, fruto de uma maior capacidade de mobilização dos grupos que se mobilizavam em torno das propostas do Orçamento Participativo. -----

----- Agradeceu as palavras simpáticas do Senhor Deputado Municipal António Arruda e deu-lhe o ponto de situação relativamente ao estado das piscinas. Informou, em relação à Piscina dos Olivais, que após a adjudicação do concurso o valor do IVA, com base no qual os concorrentes se tinham apresentado a concurso, tinha sido alterado pelo Governo, tendo obrigado o Vereador Manuel Brito a empreender todo o seu esforço naquelas renegociações, garantindo que os adjudicatários se mantivessem interessados, não obstante a alteração que o Governo tinha introduzido. Previu que, se não existisse mais nenhum contratempo, a Piscina dos Olivais estaria concluída no prazo de dezoito meses. -----

----- Informou que o contrato da Piscina do Areeiro iria ser assinado no dia dez daquele mês, e que o processo da Piscina do Campo Grande se encontrava mais atrasado porque os adjudicatários tinham considerado essencial a existência de um parque de estacionamento associado à piscina. -----

----- Recordou ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira que relativamente ao Rio Tejo *apenas* tinham feito uma coisa singela, esclarecendo que tinha sido aquele executivo a concluir o sistema de saneamento e que pela primeira vez, o esgoto tinha deixado de ser debitado no tejo sem qualquer tipo de tratamento, sendo, naquela altura, encaminhado para a ETAR de Alcântara. Destacou ainda a obra da Ribeira das Naus que pretendia a aproximação dos municípios ao Rio. -----

----- Transmitiu à Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira, relativamente à sua intervenção, que os municípios corriam riscos o tempo todo, riscos de várias espécies, mas que independentemente da natureza do risco o ser humano era responsável por eles e que contrariamente ao que a Senhora Deputada havia dito, a administração não era obrigada a prever, antecipar e evitar todos os riscos existentes na sociedade. Afirmou que a responsabilidade era de todos os cidadãos, inclusive daqueles que ao invés de estacionarem a bicicleta, levavam a bicicleta que já estava estacionada. -----

----- Procurou tranquilizar, relativamente ao Convento do Desagravo, todos os utentes das cinco escolas que se iriam fundir naquele Convento. Informou que os projetos de especialidade se encontravam adjudicados e que iriam estar concluídos no final do mês de maio. Assumindo que tudo iria decorrer normalmente, admitiu que a obra poderia começar em meados do ano letivo de dois mil e treze/ dois mil e catorze. -

----- Disse à Senhora Presidente da Freguesia de Santo Estevão que tinha tomado nota da situação, e informou-a de que costumava ir à procissão, a pé, e habitualmente acompanhado pelo secretário no qual a Senhora Presidente costumava delegar a sua representação. -----

----- Registou que o Senhor Deputado Silva Dias não tinha questionado quando é que iam apresentar o Plano Diretor Municipal e questionou, uma vez que o Plano Diretor Municipal se encontrava naquela Assembleia desde o dia vinte e seis de setembro, para quando o Plano Diretor Municipal.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira** afirmou que o Senhor Presidente ainda não tinha iniciado nenhum projeto, apenas se limitara a acabar projetos de outros.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Silva Dias** agradeceu o facto de o Senhor Presidente ter respondido à sua intervenção e comentou que a questão que lhe tinha sido colocada pelo Senhor Presidente o angustiava muitíssimo. Explanou que a angústia residia no tempo de espera. Que Plano Diretor Municipal tinha levado muito tempo a ser entregue, que deveria de ter sido entregue oito anos antes, tendo, aquele tempo de espera, gerado um nado morto. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** lamentou que, mais uma vez, muitas das questões levantadas tivessem ficado sem resposta. Lamentou o tom jocoso adotado pelo Senhor Presidente relativamente às bicicletas, e pretendeu saber de quem seria a responsabilidade da manutenção ou reparação das estruturas em causa, se a Câmara, uma vez identificados danos, se iria ausentar de responsabilidade.

----- **O Senhor Deputado Municipal Independente Filipe Lopes** chamou a atenção para um fator relacionado com a Lei do arrendamento que vinha, sistematicamente, a ser esquecido pelos vários partidos. Sublinhou que apenas focavam, nas suas

intervenções, os interesses dos inquilinos e dos senhorios, esquecendo-se que aquela Lei não se movia nem por uns nem por outros, mas sim pelo setor do imobiliário. Sendo aquele o verdadeiro problema daquela Lei, que visava a libertação de prédios antigos. -----

----- Seguidamente **a Senhora Presidente**, constatando não existirem mais intervenções, declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Segue-se a transcrição e votação da Proposta nº 38/2012. -----

----- **PROPOSTA N.º 38/2012 - Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares e Critérios de atribuição.** -----

----- **Pelouros:** Habitação e Desenvolvimento Social, Descentralização-----

----- **Serviços e Empresas:** DMHDS, GEBALIS e UCT -----

----- **“Considerandos:** -----

----- **1. Através da Proposta n.º 620/2011 a C.M.L. aprovou submeter à Assembleia Municipal as regras de funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES).** -----

----- **2. Nos termos desta proposta, o FES tem duas componentes: uma componente de apoio às IPSS e equiparadas, cujas regras de funcionamento já estão definidas, e uma componente de apoio financeiro excepcional e temporário a agregados familiares carenciados em situação de emergência habitacional grave, através da Juntas de Freguesia, cujos critérios de atribuição devem ser definidos por proposta da Câmara Municipal e deliberação da Assembleia Municipal, ouvidas as Juntas de Freguesia.** -----

----- **3. A proposta 620/2011 refere ainda que os montantes a atribuir às Juntas de Freguesia ao abrigo do FES de Lisboa serão integrados nos Protocolos de Delegação de Competências da CML de 2012, o que será feito através de anexo próprio, intitulado Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares.** -----

----- **4. A proposta nº 620/2011 encontra-se pendente de apreciação pela Assembleia Municipal, tendo sido solicitado pela Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo que fossem clarificados, com a maior brevidade possível os critérios da componente relativa aos agregados familiares.**-----

----- **5. A presente proposta define os critérios de atribuição da prestação de apoio financeiro excepcional e temporário, através das Juntas de Freguesia e por via de Protocolos de Delegação de Competências, a agregados familiares carenciados em situação de emergência habitacional grave, ao abrigo do artigo 11º das Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa, aprovadas pela Proposta n.º 620/2011/CML. Foi tida em conta a necessidade de simplificação dos processos decisórios, com vista a permitir uma resposta rápida às situações de emergência, ficando no entanto salvaguardado, em ordem a evitar a sobreposição de apoios, o cruzamento de dados com outras entidades públicas, sem prejuízo do disposto na lei quanto à protecção dos dados pessoais.** -----

----- Assim, ao abrigo da alínea h) do artigo 13º e da alínea f) do artigo 14º da lei 159/99, de 14 de Setembro, conjugadas com o nº 1 do artigo 66º e com o nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho, proponho que a Câmara delibere aprovar, ouvidas as Juntas de Freguesia, os critérios de atribuição do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares que se anexam e fazem parte integrante desta proposta, a fim de os mesmos serem submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, passando a integrar o Protocolo de Delegação de Competências da CML para a Juntas de Freguesia, através de anexo próprio, intitulado Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares.” -----

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 38/2012 foi **aprovada por maioria** com os votos a favor de 5 (cinco) Deputados Independentes, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e Partido Popular Monárquico, e com as **abstenções** do Bloco de Esquerda, do Partido Ecologista “Os Verdes”, do Partido Comunista Português, do Partido da Terra e do Centro Democrático Social.-----

----- **A Senhora Presidente** informou, relativamente à Proposta nº 57/2012, que a Comissão de ambiente já tinha emitido o seu parecer, no entanto, a pedido do Senhor Vereador Nunes da Silva, que não se encontrava presente naquele plenário, a discussão da mesma iria ser adiada para a reunião seguinte. -----

----- Segue-se a transcrição da Proposta nº 193/2012-----

----- **Proposta N.º 193/2012 – Desafectação do domínio público para o domínio privado da câmara de parte do antigo leito de via pública, no âmbito da deliberação n.º 17/AM/2011 (proposta n.º 609/CM/2010).**-----

----- **Pelouro:** Vice-Presidente Manuel Salgado -----

----- **Serviço:** Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial -----

----- **“Considerando que:**-----

----- *De harmonia com a Deliberação n.º 17/AM/2011 tomada na reunião da Assembleia Municipal de 29.03.2011, a coberto da Proposta n.º 609/CM/2010, foi aprovada a versão final do Plano de Pormenor das Amoreiras (anexo I); -----*

----- *Pelo mesmo Plano de Pormenor das Amoreiras (PPA), se pretende proceder à reconversão parcial do espaço urbano, pelo que, se torna necessária a desafectação de parte de um antigo leito de via, que detém uma área de 68,30m², abrangida pela área de intervenção do PPA – Unidade de Execução 3, nos termos da aprovação. ----*

----- *Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições dos artigos n.ºs 64.º, n.º 6, alínea a) e do artigo 53.º, n.º 4, alínea b) ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submeter à Assembleia Municipal:-----*

----- *A desafectação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 68,30 m², representada à cor rosa na cópia da planta n.º 12/018/DPSVP do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial, à qual se atribui, apenas para efeitos de registo, o valor de 341,50 € (trezentos e quarenta e um euros cinquenta cêntimos), resultante de um valor simbólico de 5,00 €/m² de terreno. -----*

----- Parcela a desafectar: -----

Localização –		
Área –	68,30 m ²	
Confrontações –	Norte / Sul / Nascente / Poente:	CML

----- ANEXOS-----

----- I. Cópia referente à publicação em extrato do Aviso n.º 10052/2011, no Diário da República, 2ª série – n.º 85, de 3 de Maio de 2011 sobre a Deliberação n.º 17/AM/2011.-----

----- (Processo 6201/CML/12)”-----

----- Segue-se a leitura do Parecer da Comissão de Finanças referente à Proposta n.º 193/2012.-----

----- **Parecer da Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo à Proposta n.º 193/2012 - Desafectação do domínio público para o domínio privado da câmara, do antigo leito de via pública, no âmbito da deliberação n.º 17/AM/2011 (proposta n.º 609/CM/2010).**-----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo, reunida em 3 de Maio de 2012, deliberou elaborar o seguinte parecer relativo à Proposta n.º 193/2012:-----

----- - A Proposta n.º 609/CM/2010 e a Deliberação n.º 17/AM/2011 aprovaram a versão final do Plano de Pormenor das Amoreiras, o qual prevê a reconversão parcial do espaço urbano. Para a sua concretização, será necessário a desafectação de parte de um antigo leito de via, com a área de 68,30 m², no âmbito da área de intervenção da unidade de execução 3 do referido Plano;-----

----- - Assim sendo, a presente proposta prevê precisamente a desafectação necessária, em conformidade com os termos da parte deliberativa da mesma;-----

----- - Neste contexto, a Comissão, depois de analisar a Proposta N.º 193/2012, entende que a mesma está em condições de ser discutida e votada em Plenário.-----

----- O presente parecer foi aprovado por unanimidade, com a ausência do PPM e do Senhor Deputado Independente José Franco.”-----

----- **VOTACÃO** - a Proposta n.º 193/2012 foi **aprovada por maioria** com os votos a favor do Partido Ecologista “Os Verdes”, do Partido Comunista Português, 5 (cinco) Deputados Independentes, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, com o voto contra do Bloco de Esquerda e com as abstenções Partido Popular Monárquico, do Partido da Terra e do Centro Democrático Social.-----

----- Segue-se a transcrição da Proposta n.º 194/2012.-----

----- **Proposta n.º 194/2012 - Desafetação de parcelas de terreno do domínio público municipal.**-----

----- **Pelouro:** Planeamento e Política de Solos, Licenciamento Urbanístico, Reabilitação Urbana e Obras -----

----- **Serviços:** DMPRGU / Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial -----

----- **“Considerando que:** -----

----- a) *Através de contratos promessa de compra e venda celebrados entre a Câmara Municipal de Lisboa e os Serviços Sociais das Forças Armadas, denominado atualmente por Instituto de Ação Social das Forças Armada (IASFA), foram entregues e prometidas vender, em 1960, 1973 e 1975, várias parcelas de terreno para construção onde foram edificados prédios de renda económica;* -----

----- b) *Apesar do IASFA ter solicitado, por diversas vezes, que fossem outorgadas as escrituras definitivas de compra e venda estas ainda não se realizaram;* -----

----- c) *Recentemente, estes Serviços têm diligenciado no sentido de regularizar a situação patrimonial dos prédios, encontrando-se já na Divisão de Notariado, do Departamento Jurídico, o Processo n.º 2741/CML/11 com vista à outorga da escritura definitiva de compra e venda das parcelas de terreno designadas por lotes n.ºs 4, 5, 6, 40, 41, 49, 59, 64 e 104, que correspondem, respetivamente, aos atuais n.ºs 4, 5 e 6, 40, 41, 40, 63, 64 e 63, sitas em Chelas, freguesia dos Olivais, cujo contrato promessa data de 12OUT1960;* -----

----- d) *Encontram-se também em falta as escrituras definitivas de oito parcelas de terreno, designadas no contrato promessa outorgado a 14DEZ1973 por lotes n.ºs 109, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 49, sitas na zona I e II de Chelas, assim como de duas parcelas de terreno, designadas no contrato promessa de 28OUT1975 por lotes n.ºs 28 e 29, sitas na zona i₁ de Chelas;* -----

----- e) *Nas parcelas de terreno referidas na alínea anterior já se encontram construídos os prédios de renda económica na zona I e II de Chelas desde 1973 e 1975 e na zona i₁ de Chelas desde 1978 e 1989;* -----

----- f) *À semelhança do ocorrido na instrução do processo supra citado, para se proceder à escritura definitiva das parcelas em falta, torna-se necessário proceder à desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público, com as áreas de 30,00m² e 44,77m², e integrá-las no domínio privado do Município;* -----

----- g) *A referida desafetação do domínio público carece de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 53º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;* -----

----- *Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 64º, n.º 6, alínea a), e do artigo 53º, n.º 4, alínea b), todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à Assembleia Municipal:* -----

----- *- A desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de duas parcelas de terreno com as áreas de 30,00m² e 44,77m², provenientes de um antigo leito de via pública, representadas a cor rosa nas plantas n.ºs 12/020/DPSVP e 12/021/DPSVP, do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial, às quais se atribui, apenas para efeitos de registo, os valores, respetivamente, de €*

150,00 (cento e cinquenta euros) e € 223,85 (duzentos e vinte e três euros e oitenta e cinco cêntimos), resultantes de um valor simbólico de 5,00 €/m² de terreno. -----

----- **CONFRONTAÇÕES DA PARCELA A DESAFETAR COM A ÁREA DE 30,00m²** -----

----- Norte – antigo leito de via pública e Rua Dr. José Espirito Santo -----

----- Sul – antigo leito de via pública -----

----- Nascente – CML-----

----- Poente – antigo leito de via pública-----

----- **CONFRONTAÇÕES DA PARCELA A DESAFETAR COM A ÁREA DE 44,77m²** -----

----- Norte – Lote designado pelo n.º108 -----

----- Sul – antigo leito de via pública -----

----- Nascente – CML-----

----- Poente – CML -----

----- (Processo n.º 5795/CML/11)” -----

----- Segue-se a leitura do Parecer da comissão de Finanças à Proposta nº 194/2012. --

----- **Parecer da Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo à Proposta nº 194/2012 – Desafecção de parcelas de terreno do domínio público municipal.**-----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo, reunida em 3 de Maio de 2012, deliberou elaborar o seguinte parecer relativo à Proposta n.º. 194/2012:-----

----- - A Proposta n.º. 194/2012 prevê a desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de duas parcelas de terreno sitas na Rua Dr. José Espirito Santo (Lote 49) e Rua Eng.º. Ferreira Dias (Lote 109), com as áreas de 30,00 m2 e 44,77 m2, provenientes de antigo leito de via pública, nos termos da parte deliberativa da mesma; -----

----- - Este procedimento dá cumprimento aos contratos promessa de compra e venda celebrados entre a Câmara Municipal de Lisboa e o actual Instituto de Acção Social das Forças Armadas, com o fim de regularizar a situação patrimonial dos prédios e outorgar as respectivas escrituras definitivas de compra e venda; -----

----- - Neste contexto, a Comissão, depois de analisar a Proposta N.º. 194/2012, entende que a mesma está em condições de ser discutida e votada em Plenário.-----

----- O presente parecer foi aprovado por unanimidade, com a ausência do Senhor Deputado Independente José Franco. “-----

----- **VOTAÇÃO** - a Proposta nº 194/2012 foi **aprovada por maioria** com os **votos a favor** do Partido Ecologista “Os Verdes”, do Partido Comunista Português, 5 (cinco) Deputados Independentes, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Bloco de Esquerda e com as **abstenções** Partido Popular Monárquico, do Partido da Terra e do Centro Democrático Social. -----

----- Segue-se a transcrição da Proposta nº196/2012. -----

----- **Proposta nº 196/2012 - Aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a presente proposta para Autorização da Repartição de Encargos**-----

referente ao Concurso Público para a aquisição de serviços de lavagem, limpeza e desinfecção de veículos da frota municipal, pelo período mínimo de um ano, prorrogável até ao máximo de três anos (Proc. 3719/CML/12) -----

----- **Pelouro:** Gestão de Frota -----

----- **Serviço:** DMAU/DRMM/DGF-----

----- *“Considerando a necessidade de se garantir uma adequada manutenção da limpeza e higiene das viaturas municipais pesadas.* -----

----- *Considerando que é imprescindível garantir a manutenção da limpeza e higiene das viaturas municipais em níveis adequados, quer por razões de higiene e segurança no trabalho, quer por motivos de saúde pública.*-----

----- *Considerando que não existem internamente meios humanos necessários à prestação dos serviços de lavagem, limpeza e desinfecção de veículos municipais, nomeadamente dos veículos especiais de remoção de resíduos sólidos.* -----

----- *Considerando que desde 1994 estes serviços são executados com recurso à contratação externa.* -----

----- *Considerando assim, que se mantém a necessidade de providenciar a lavagem, limpeza e desinfecção destas viaturas dando continuidade ao serviço que vem sendo prestado.* -----

----- *Considerando que a despesa resultante dá lugar a encargo orçamental que se repercute em mais de um ano económico não estando prevista em Plano Plurianual por se tratar de despesa corrente.*-----

----- *Considerando que, nos termos da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º26/P/2011, de 2011/04/04 em C, ponto 5, em matéria de gestão de Frota Municipal e em III ponto 2 alínea a), b) e d) em matéria de contratação pública, foi autorizada por meu Despacho aposto sobre a INF/287/DMAU/DRMM/DGF/12, a decisão de contratar e a escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento, a designação dos elementos que compõem o júri, e a autorização para a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar e que se verifica necessário obter a aprovação da repartição de encargos pela Assembleia Municipal.* -----

----- *Tenho a honra de propor que, ao abrigo do artigo 64º, n.º7, alínea d) da Lei n.º.169/99, de 18 de Setembro com a redação introduzida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal:*-----

-----*A autorização da repartição de encargos, nos termos do artigo 22º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho aplicável por remissão do n.º.6 do artigo 16º do Regulamento de Orçamento, do valor estimado da despesa no montante de 720.000,00 euros, para os seguintes anos económicos, da seguinte forma:* -----

<i>ANO</i>	<i>SERVIÇOS (euros)</i>	<i>IVA 23% (euros)</i>	<i>TOTAL (euros)</i>
<i>2012</i>	<i>48.790,49</i>	<i>11.219,51</i>	<i>60.000,00</i>
<i>2013</i>	<i>195.121,95</i>	<i>44.878,05</i>	<i>240.000,00</i>
<i>2014</i>	<i>195.121,95</i>	<i>44.878,05</i>	<i>240.000,00</i>
<i>2015</i>	<i>146.341,46</i>	<i>33.658,54</i>	<i>180.000,00</i>
<i>TOTAL</i>	<i>585.365,85</i>	<i>134.634,15</i>	<i>720.000,00</i>

----- *A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.02.02 da orgânica N14.03.*-----
 ----- Segue-se a leitura do Parecer da Comissão de Finanças à Proposta nº 196/2012. -----

----- **Parecer da Comissão permanente de administração, finanças, património, desenvolvimento económico e turismo referente à Proposta nº 196/2012 - Proposta para autorização da repartição de encargos referente ao concurso público para aquisição de serviços de lavagem, limpeza e desinfeção de veículos da frota municipal, pelo período mínimo de um ano, prorrogável até ao máximo de três anos (processo 3719/CML/12).** -----

----- *“A Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo reuniu em 3 de Maio de 2012, a fim de analisar e emitir parecer sobre a Proposta nº.196/2012.* -----

----- *A presente proposta prevê a continuidade do serviço que vem sendo prestado desde 1994, através de contratação externa, para garantir a lavagem, limpeza e desinfeção da frota municipal;* -----

----- *Neste contexto, a Comissão entende que a presente proposta se encontra em condições de ser discutida e votada em plenário, dado que a mesma formula o lançamento de Concurso Público para os devidos efeitos, bem como a respectiva repartição de encargos, nos termos da legislação em vigor e do Regulamento do Orçamento, para os anos económicos de 2012 a 2015, conforme o quadro inserido na mesma.* -----

----- *O presente parecer foi aprovado por maioria, com os votos contra do PCP e BE, estando ausente o Senhor Deputado Independente José Franco.* -----

----- A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (Partido Ecologista “Os Verdes”) assumiu que se encontravam todos de acordo com a necessidade de se garantir uma adequada manutenção de limpeza e higiene das viaturas municipais, não estando, no entanto, de acordo com a forma como se estava a processar aquela situação. -----

----- Destacou o ponto três da Proposta, que dizia que a Autarquia não dispunha dos meios humanos necessários à prestação daquele serviço. Constatou que efetivamente, no Mapa de pessoal, existiam apenas sete trabalhadores naquela categoria, na categoria de lavador de viaturas, número que considerou insuficiente para o desempenho daquela tarefa. Questionou qual teria sido o facto que teria impulsionado a decisão de se adquirir aquele serviço externamente, e se não seria, aquela, a altura propícia de se investir nos recursos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Lembrou que o Partido Ecologista tinha, ao longo daquele mandato, alertado o executivo camarário para a política de desinvestimento naquelas áreas, cruciais para a qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- Acrescentou que aquela proposta contemplava que o concurso público para a aquisição daquele serviço fosse prorrogável por três anos, estando previsto um pagamento de sessenta mil euros para aquele ano e de duzentos e quarenta mil euros para dois mil e treze, dois mil e catorze, para cada um, e que em dois mil e quinze o pagamento iria atingir os cento e oitenta mil euros, perfazendo um total de setecentos e vinte mil euros, despesa que iria ser remetida para o mandato seguinte. -----

----- **VOTACÃO** – a Proposta n.º 196/2012 foi **aprovada por maioria** com os **votos a favor** do Partido Socialista e de 5 (cinco) Deputados Independentes, com os **votos contra** do Partido Comunista Português e Partido Ecologista “Os Verdes”, e com as **abstenções** do Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, Partido Popular Monárquico, Partido da Terra e Centro Democrático Social. -----

----- Segue-se a transcrição da Proposta n.º 201/2012. -----

----- **Proposta N.º 201/2012 - Concurso Público para Aquisição de Serviços de Transporte Escolar para as crianças do 1.º ciclo do ensino básico e dos jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa – Ano letivo 2012/2013** -----

----- **Pelouro:** Educação/Vereador Manuel Brito -----

----- **Serviços:** Departamento de Educação -----

----- **“Considerando que:** -----

----- *É competência da Câmara Municipal de Lisboa organizar e gerir os transportes escolares, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e da alínea m) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;* -----

----- *Ao longo dos últimos anos letivos, a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a alargar a oferta de transporte escolar “Alfacinhas” aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública da cidade de Lisboa;*-----

----- *A Câmara Municipal de Lisboa tem rentabilizado os meios contratados para o referido serviço de transporte, para transportar os alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública, no âmbito do Programa de Natação Curricular;*-----

----- *No próximo ano letivo, pretende dar-se continuidade ao referido transporte escolar, bem como expandir, uma vez mais, essa oferta a um maior número possível de crianças dos estabelecimentos de educação e ensino da responsabilidade do Município de Lisboa;*-----

----- *A Câmara Municipal de Lisboa não dispõe de meios de transporte necessários para pôr em prática este serviço de transporte escolar, havendo que se proceder à respetiva contratação para o próximo ano letivo, com a possibilidade de prorrogação para mais dois anos letivos;*-----

----- *O valor total estimado do contrato a celebrar para o ano letivo 2012/2013 é de 794.004,17 €, acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor;* -----

----- O valor estimado das eventuais prorrogações é de 794.004,17 € para o ano letivo 2013/2014, e de 794.004,17 € para o ano letivo 2014/2015, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;-----

----- A despesa não consta do Plano ou Programa Plurianual legalmente aprovado e excede o limite de 99.759,00 €, para o ano económico seguinte ao da sua contratação; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, e do n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento de Orçamento:-----

----- a) A abertura do procedimento, por Concurso Público, para aquisição de serviços de transporte escolar para as crianças do 1.º ciclo do ensino básico e dos jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa, para o ano letivo 2012/2013 e prorrogável para os anos letivos 2013/2014 e 2014/2015, com um valor total estimado de 2.382.012,51 € (dois milhões trezentos e oitenta e dois mil e doze euros e cinquenta e um cêntimos), que inclui as possíveis prorrogações; -----

----- b) Que o pagamento do encargo total estimado de 2.382.012,51 €, seja efetuado nos seguintes termos: -----

----- 2012 - 0 € -----

----- 2013 - 794.004,17 €-----

----- 2014 - 794.004,17 €-----

----- 2015 - 794.004,17 €-----

----- 2 - Aprovar, ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Programa de Concurso e Caderno de Encargos do referido concurso; -----

----- 3 - Aprovar, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, a designação do Júri, que conduzirá o procedimento, constituído pelos seguintes elementos: -----

----- Presidente - Dr. Luís Vicente -----

----- 1º Vogal Efetivo - Dr. Luís Marques; -----

----- 2º Vogal Efetivo - Dr. Gonçalo Nuno Barata-----

----- Suplentes:-----

----- 1º Vogal Suplente - Dra. Mafalda Cayolla-----

----- 2º Vogal Suplente - Dr. Armando Pereira.-----

----- 3º Vogal Suplente - Dr. Carlos Alberto Pedro -----

----- 4º Vogal Suplente - Dra. Luís Pouzinho-----

----- 4 - Delegar no Júri do concurso, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, todas as competências legalmente atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, com exceção das competências para a decisão de adjudicação.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Brito** disse que se tratava de uma proposta muito importante para o desenvolvimento da educação na cidade de Lisboa. Referiu que o projeto tinha iniciado com oito autocarros e que já contavam com vinte viaturas, pretendo com aquela proposta alargar a frota a vinte e três viaturas. -----

----- Explanou que tinham transportado no ano letivo de dois mil e nove/ dois mil e dez tinham mil novecentos e cinquenta alunos, em dois mil e dez/ dois mil e onze vinte e três mil novecentos e sessenta e três alunos e que no ano letivo de dois mil e onze/ dois mil e doze tinham atingido o número de cinquenta mil duzentos e vinte quatro alunos.-----

----- Salientou que aquela proposta iria facilitar a vida dos munícipes pois iria abranger um maior número de agrupamentos e incluir as crianças do pré-escolar. -----

----- Segue-se a leitura do Parecer da Comissão de Finanças referente à Proposta 201/2012.-----

----- **Parecer da Comissão permanente de administração, finanças, património, desenvolvimento económico e turismo à Proposta nº 201/2012 - Concurso Público para aquisição do serviço de transporte escolar para as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico e dos jardins de infância da rede pública da Cidade de Lisboa - Ano Lectivo 2012/2013.**-----

----- *“A Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo, reuniu no dia 3 de Maio de 2012, a fim de analisar e emitir parecer sobre a Proposta nº.201/2012. -----*

----- *Com a presente Proposta, a Câmara Municipal de Lisboa pretende expandir, uma vez mais, os transportes escolares ao maior número possível de Agrupamentos de Escolas com 1º. Ciclo de Ensino Básico da Rede Pública da Cidade de Lisboa. ----*

----- *De referir também que, com a presente Proposta, a Câmara pretende assegurar o transporte para e da escola, otimizando-o para actividades extra-curriculares, nomeadamente o Programa de Natação Curricular.-----*

----- *Neste contexto, a Proposta nº.201/2012 está em condições para ser apreciada e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa.-----*

----- *O presente parecer foi aprovado por unanimidade, estando ausente o Senhor Deputado Independente José Franco.”-----*

----- **VOTAÇÃO** – a Proposta nº 201/2012 foi **aprovada por maioria** com os **votos a favor** do Partido Socialista, de 5 (cinco) Deputados Independentes, do Partido Comunista Português, Partido Ecologista “Os Verdes”, do Partido Social Democrata, do Bloco de Esquerda, do Partido Popular Monárquico e do Partido da Terra, e com a **abstenção** do Centro Democrático Social.-----

----- Segue-se a transcrição da Proposta nº 203/2012. -----

----- **Proposta nº 203/2012 - Concurso público com publicidade internacional para “prestação de serviço móvel terrestre”** -----

----- *“Considerando que: -----*

----- *1. Em Agosto de 2012 termina o contrato celebrado com a Vodafone – Comunicações Pessoais, S.A., ao abrigo do qual se encontra a ser prestado o Serviço Móvel Terrestre ao Município; -----*

----- 2. *É necessário assegurar a continuidade da utilização de serviços de comunicações móveis terrestres, como meio instrumental destinado à obtenção de uma maior operacionalização do funcionamento dos serviços, com carácter continuado;*-----

----- 3. *Nesta conformidade, foi elaborada a documentação tendente ao lançamento de um Concurso Público com Publicidade Internacional, para a Prestação do Serviço Móvel Terrestre, por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato, compreendendo 4 (quatro) tipos de serviços, conforme de seguida se discrimina:*-----

----- Tipo 1 – *Serviço móvel de voz e dados*-----

----- Tipo 2 – *Serviço telefónico fixo-móvel*-----

----- Tipo 3 – *Serviço móvel de dados*-----

----- Tipo 4 – *Serviço de dados para Smartphones e acesso ao portal do adjudicatário*-----

----- 4. *A referida prestação de serviços, cujo início se prevê para Agosto de 2012, será inferior a 2 109 600,00€ (dois milhões cento e nove mil e seiscentos euros), ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, no valor de 485 208,00€ (quatrocentos e oitenta e cinco mil duzentos e oito euros), o que perfaz a quantia total de 2 594 808,00€ (dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil oitocentos e oito euros), conforme documento que se anexa sob a designação de Anexo A, constituído por 5 (cinco) quadros: Tipo 1, Tipo 2, Tipo 3, Tipo 4 e Repartições;*-----

----- 5. *A referida despesa enquadra-se na classificação orçamental 04.04/ 02.02.09 do Orçamento em vigor e terá reflexos financeiros nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.*-----

----- Assim, *tenho a honra de propor que, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento da CML do ano em curso e na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e alterada também pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro, a Câmara delibere:*-----

----- a) *Aprovar, em cumprimento dos artigos 36.º e 38.º do CCP, a abertura do procedimento de concurso público com publicidade internacional para “Prestação do Serviço Móvel Terrestre”, pelo período de 36 meses, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 21.º, n.º 1, alínea b) e 131.º do Código dos Contratos Públicos;*-----

----- b) *Aprovar as peças do procedimento – Programa do Procedimento, respectivos Anexos e Caderno de Encargos, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 40.º do CCP, que se juntam em anexo;*-----

----- c) *Aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos, a designação do Júri, nos termos seguintes, devendo o Presidente do Júri, nas suas faltas e ou impedimentos, ser substituído pelo 1.º Vogal efetivo;*-----

----- **Membros Efetivos:** -----
 ----- **Presidente – Dr. Luís Marques (DMF/CCM/DP)** -----
 ----- **1.º Vogal Efetivo – Dr. Pedro Henrique (DMSI/DASI)** -----
 ----- **2.º Vogal Efetivo – Dr. José Cocco Gomes (DMF/CCM/DGCC)** -----
 ----- **Membros Suplentes:** -----
 ----- **1.º Vogal – Dr. Armando Pereira (DMF/CCM/DP)** -----
 ----- **2.º Vogal – Dr. Luís Neves (DMSI/DASI)** -----
 ----- **3.º Vogal – Dr. Paulo Marques (DMSI/DASI)** -----
 ----- **4.º Vogal – Dr.ª Rosa Fonseca (DMF/CCM/DGCC)** -----
 ----- **5.º Vogal – Dr.ª Mafalda Cayolla (DMF/CCM/DP)** -----
 ----- **d) Delegar, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), no Júri do Procedimento, as seguintes competências:** -----
 ----- **- Prestar esclarecimentos, nos termos do artigo 50.º do CCP;** -----
 ----- **- Proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, ao abrigo do artigo 50.º do CCP;** -----
 ----- **- Pronúncia sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 61.º do CCP;** -----
 ----- **- Prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme artigo 64.º, n.º 5 do artigo 66.º e n.º 6 do artigo 133.º, todos do CCP.** -----
 ----- **e) Autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar, ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, nos termos anteriormente explicitados;** -----
 ----- **f) Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento para o ano em curso, a repartição de encargos do valor estimado da despesa, nos seguintes termos:** -----

ANO FINANCEIRO	VALOR SEM IVA	VALOR COM IVA
2012 (5 meses: Agosto a Dezembro)	293.000,00 €	360.390,00 €
2013 (12 meses: Janeiro a Dezembro)	703.200,00 €	864.936,00 €
2014 (12 meses: Janeiro a Dezembro)	703.200,00 €	864.936,00 €
2015 (7 meses: Janeiro a Julho)	410.200,00 €	504.546,00 €
	2.109.600,00 €	2.594.808,00 €

----- Segue-se a leitura do Parecer da Comissão de Finanças relativamente à Proposta n.º 203/2012. -----

----- **Parecer da Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo referente à Proposta n.º 203/2012 - Concurso público com publicidade internacional para “prestação de serviço móvel terrestre”.** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo, reuniu em 3 de Maio de 2012, a fim de analisar e emitir parecer sobre a Proposta n.º 203/2012. -----

----- Considerando que em Agosto de 2012 termina o contrato celebrado com a VODAFONE – Comunicações Pessoais, SA, ao abrigo do qual se encontra a ser prestado o Serviço Móvel Terrestre ao Município, sendo necessário assegurar a continuidade da utilização de serviços de comunicações móveis terrestres, a fim de uma maior operacionalização do funcionamento dos serviços, com carácter continuado. -----

----- Neste contexto, a Comissão entende que a presente proposta se encontra em condições de ser discutida e votada em plenário, dado que a mesma formula a abertura de concurso público internacional, bem como a repartição de encargos relativa à despesa para o efeito, nos termos legais em vigor. -----

----- Igualmente, a Comissão releva o facto da Câmara Municipal de Lisboa propor a aquisição de serviços de telecomunicações, num sistema integrado das várias vertentes envolvidas. -----

----- O presente parecer foi aprovado por unanimidade, estando ausente o Senhor Deputado Independente José Franco.” -----

----- **VOTACÃO** – a Proposta n.º 203/2012 foi **aprovada por maioria** com os votos a favor do Partido Socialista e de 5 (cinco) Deputados Independentes, do Partido Ecologista “Os Verdes” e do Partido Comunista Português, e com as **abstenções** do Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, Partido Popular Monárquico, Partido da Terra e Centro Democrático Social. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que não iria marcar, naquele momento, a reunião seguinte, por forma a dar tempo aos senhores deputados de estudar o relatório de gestão e as demonstrações financeiras que tinham sido distribuídas naquele dia. Revelou a sua ansiedade em receber o parecer da Comissão do Plano Diretor Municipal e da Comissão do Urbanismo, não apenas em relação ao Plano Diretor Municipal, como também em relação aos múltiplos projetos que se encontravam naquela Assembleia a aguardar o douto parecer daquelas Comissões. -----

----- **Nota:** As propostas aprovadas na presente reunião consideram-se aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia vinte e quatro de Novembro de dois mil e nove, inserida na páginas cinco da ata número dois. -----

---- **A Senhora Presidente** deu por encerrada a sessão, às dezoito horas e trinta minutos. -----

---- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente ata que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ .-----

----- A PRESIDENTE-----